

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1349027 - RS  
(2018/0212848-0)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE : CARLOS HENRIQUE HOEFEL**  
**ADVOGADOS : MARCELO LIPERT - RS041818**  
ANDRÉA BUENO MAGNANI MARIN DOS SANTOS  
- DF018136  
ANGELINA INÊS CASTRO MATTIA - RS073109  
MAURO DE AZEVEDO MENEZES - DF019241  
ELISA TORELLY - RS076371  
LUNA DANIELA DAMO SCHMIDT - RS097347  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

## EMENTA

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PEDIDO INDEFERIDO NA ORIGEM. ANÁLISE DOS REQUISITOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.**

1. No caso, a alteração da conclusão adotada pelo Tribunal *a quo* de não comprovação da alegada hipossuficiência para a concessão dos benefícios da justiça gratuita, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

2. Segundo entendimento desta Corte a inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, *a*, da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial se o dissídio alegado diz respeito ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese.

3. Agravo interno não provido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves  
Relator